

A Inclusão e as Relações entre a Família e a Escola

(Mônica Pereira dos Santos)¹

Introdução

A perspectiva da relação entre família e escola pouco tem sido tratada na literatura do ponto de vista educacional, e sim predominantemente clínico. Frequentemente, estas relações têm sido caracterizadas por laços de ‘autoridade’ por parte da instituição escolar, que muitas vezes mais se assemelham a laços de autoritarismo, dado o lugar que a escola ocupa, no imaginário da instituição familiar, de lugar de saber, que lhe confere autoridade sobre rumos e decisões a serem tomados sobre seus próprios filhos.

Entretanto, com o advento da oficialização, em Declaração Mundial, da proposta de Educação para Todos (em Jomtiem, Tailândia, 1990), o quadro destas relações tem sido transformado, senão na prática, pelo menos no plano das recomendações. É que a Educação para Todos trouxe à tona o paradigma da Inclusão e, com este, a importância de se analisar os fenômenos educacionais de um ponto de vista múltiplo, que considere todas as dimensões implicadas nos referidos fenômenos. Assim, a família passa a adquirir um outro status nestes processos: o status de quem não apenas é fonte de origem do alunado, mas também o de quem provê as primeiras formas de relações educativas, ainda que num ambiente não escolar.

Por outro lado, as mesmas mudanças nos cenários internacional e nacional quanto aos rumos da educação no terceiro milênio têm implicado numa reavaliação do papel da escola e da forma como esta se organiza, tanto no sentido de suas respostas às necessidades educacionais dos alunos, quanto no sentido de sua própria identidade enquanto instituição social. Assim é que as instituições escolares têm também passado por uma transformação de seu status: o daquela que muitas vezes acaba ocupando um lugar que ultrapassa os limites da ação pedagógica e da relação ensino-aprendizagem, para ocupar espaços de ordem pessoal que influi diretamente no cotidiano de seus alunos.

Este artigo se propõe a fazer uma revisão das transformações por que têm passado estas duas instituições sociais (a família e a escola), dentro dos paradigmas da Educação Para Todos, com ênfase especial ao movimento pela Inclusão de alunos que passam por barreiras à

¹ Profa. Adjunta do Departamento de Fundamentos da Educação da Faculdade de Educação da UFRJ.

aprendizagem, seja por apresentarem dificuldades específicas, deficiências ou quaisquer outros motivos, inclusive de ordem externa ao indivíduo.

Iniciaremos analisando as ‘trocas’ de papéis entre cada uma das instituições. Em seguida, apresentaremos o que dizem as recomendações internacionais a respeito do assunto para, por fim, tentar indicar alguns caminhos que desatem nós nesta relação e promovam, com isso, uma das principais recomendações da proposta de uma Educação para Todos: a de aproximação e parceria entre família e escola.

O Lado Educacional da Família

A família, primeiro berço educacional do ser humano, possui algumas obrigações convencionalmente estabelecidas no seio das sociedades às quais pertencem. Em nossa sociedade, ocidental, alguns papéis que lhe cabem são claramente demarcados inclusive em documentos legais, como por exemplo o Estatuto da Criança e do Adolescente (1992) e a Constituição de 1988.

Nos dois documentos é possível verificar aspectos comuns quanto ao papel da família no crescimento e desenvolvimento de seus filhos, como por exemplo:

- garantir a escolarização;
- garantir uma criação voltada para a cidadania e uma vida digna;
- garantir carinho, proteção e afeto.

No entanto, nem sempre estes papéis são cumpridos à risca em muitas sociedades, e os motivos para tal são de ordens variadas. Destaca-se, por exemplo, o caso de sociedades em que as crianças são, desde cedo, retiradas ou impedidas de freqüentar a escola, por terem que trabalhar e contribuir para o orçamento familiar. Ou ainda o caso de sociedades em que há famílias de viajantes, retirantes ou povos nômades, cujos filhos têm sua freqüência a uma determinada escola prejudicada pelo fato de se encontrarem majoritariamente em trânsito. Ou mesmo casos de sociedades que simplesmente não têm como prioridade a educação escolar de seus povos, simplesmente por não atribuírem a esta o valor que outras sociedades convencionaram atribuir.

Mas, mesmo quando os fatores acima não acontecem e as crianças freqüentam a escola, muitas vezes acabam sofrendo a falta de apoio por parte da família em seu processo de

escolarização e aprendizagem. Isto também pode ser dar por vários motivos, incluindo os descritos acima. Nos primeiros casos, de ausência, trata-se de buscar estratégias que façam com que as famílias percebam a importância da escolarização dos filhos, e de informá-las inclusive da obrigatoriedade desta função. No segundo caso, no entanto, a situação pode se tornar mais complexa. Dado que há a presença física (mas não necessariamente emocional) da criança na escola, caberá à esta última desenvolver estratégias de aproximação com a família no sentido de estabelecer laços não de cobrança, mas de parceria com a família. Trata-se de tentar fazer com que a família se perceba como participante do processo educacional, porque pode contribuir com aspectos fundamentais quando a criança se encontra em casa, sem no entanto, substituir a escola e assumir o papel de professor de seu próprio filho, ou de provedor único das alternativas educacionais, psicológicas e sociais para seus filhos, nos casos de maiores dificuldades.

Em outras palavras, trata-se de rever o aspecto que coloca a escola em posição de cobrança e a família em posição de culpada, ou cobrada. Assim, a família funcionaria como mais um elemento estratégico no processo de escolarização daqueles alunos que estivessem apresentado resultados diferentes do esperado.

Estas necessidades ficam muito claramente expressas nas recomendações internacionais. A Declaração de Salamanca (1994)², por exemplo, diz, em suas diretrizes de ação nos níveis nacionais, no artigo 58:

Os Ministérios da Educação e as escolas não devem ser os únicos a perseguir o objetivo de dispensar o ensino a crianças com necessidades educacionais especiais. Isso exige também a cooperação das famílias e a mobilização da comunidade (...)

E continua, no artigo 61:

Deverão ser estreitadas as relações de cooperação e de apoio entre administradores das escolas, professores e pais, fazendo que estes últimos participem na tomada de decisões, em atividades educativas no lar e na escola (...) e na supervisão e no apoio da aprendizagem de seus filhos.

² Documento aprovado em Conferência das nações Unidas em 1994, na Espanha, que, entre outras coisas, recontextualiza o papel da Educação Especial dentro da plataforma lançada na Tailândia, na Conferência Mundial sobre Educação Para Todos.

O Lado Maternal da Escola

Do outro lado da moeda, encontra-se a escola, passando por uma transformação histórica com implicações diretas a uma revisão de seu papel. Há muito a escola vem deixando de se preocupar com os aspectos acadêmicos da aprendizagem para se ocupar com os aspectos afetivos e sociais de seus alunos.

Assim é que vemos a escola como pólo central para onde se encaminham denúncias relativas a negligências nos cuidados infantis, como centro de alimentação das crianças de muitas famílias desprivilegiadas, como centro de recurso a cuidados relativos à saúde, e muitos outros. Também não é raro ver professores, diretores e técnicos de uma escola assumindo um papel em que o afeto é literalmente marcado por uma relação de quase parentesco (maternal, paternal, filial...).

Aqui, também, os documentos atestam. No documento *Necessidades Especiais na Sala de Aula* (MEC, 1998), da série Atualidades Pedagógicas, discute-se, no capítulo referente às necessidades dos professores, que o estresse atual da profissão é considerável. E, entre os fatores que geram o estresse, está levantado o “excesso de funções”, que exige do professor *maiores responsabilidades no desempenho de suas funções (...)* para ampliá-las (...) *a aspectos administrativos e de orientação aos alunos* (p. 145).

A própria Declaração de Salamanca também já abordava, em suas diretrizes de ação nos níveis nacionais, no artigo 37, que:

Toda escola deve ser uma comunidade coletivamente responsável pelo êxito ou fracasso de cada aluno. O corpo docente, e não cada professor, [grifo meu] deverá partilhar a responsabilidade do ensino ministrado a crianças com necessidades especiais (...).

E no artigo 40, que:

A preparação adequada de todos os profissionais da educação é também um dos fatores-chave para propiciar a mudança (...) Cada vez mais se reconhece a importância da contratação de professores que sirvam de modelo para crianças com deficiência.

Portanto, parece ficar clara a abrangência do papel da escola e da família, e da respectiva parceria que deveriam estabelecer.

Caberia perguntar, a esta altura, sobre a propriedade desta troca, ou abrangência, de papéis. A resposta, como praticamente todas as respostas a questões de ordem social, é relativa. Se a relação de troca se efetiva de fato numa troca, implicando uma relação bidirecional entre família e escola, cabe afirmar a positividade da troca. Se, no entanto, a “troca” se caracteriza por uma inversão, em que responsabilidades básicas deixam de ser assumidas, ou ficam “esquecidas”, todos os problemas que levaram à necessidade de uma revisão destas relações no sentido de uma troca efetiva maior, permanecem.

A César o que é de César, mas... o que cabe a César?

Definitivamente, as relações mudaram. Na verdade, estas transformações não constituem um “privilégio” apenas entre família e escola. Praticamente em todas as áreas em que seres humanos se relacionam, as relações passam por transformações dramáticas: no trabalho, entre os amigos, entre os cônjuges, entre pais e filhos, entre todos, enfim. O mundo está muito mais marcado pela velocidade, pelo acesso à informação imediata, por novos parâmetros de competitividade. Ao mesmo tempo, os ideais por um mundo mais justo se afirmam e solidificam cada vez mais, pelo menos no discurso. Faz-se mister atualizarmo-nos a respeito desses aspectos, se quisermos acompanhar o mundo no passo de hoje.

No que cabe às relações entre família e escola, torna-se imperativo assumir um compromisso com a reciprocidade. De um lado, a família, com sua vivência e sabedoria prática a respeito de seus filhos. De outro, a escola com sua convivência e sabedoria não menos prática a respeito de seus alunos. É preciso entender que esses mesmos alunos são também os filhos, e que os filhos são (ou serão) os alunos. Dito de outra forma: cabe às duas instituições mais básicas das sociedades letradas o movimento de aproximação num plano mais horizontal, de distribuição mais igualitária de responsabilidades.

Esta idéia já estava expressa em 1990, na Declaração Mundial sobre Educação para Todos. O artigo 5, por exemplo, diz:

A diversidade, a complexidade e o caráter mutável das necessidades básicas de aprendizagem das crianças, jovens e adultos, exigem que se amplie e se redefina continuamente o alcance da educação básica, para que nela se incluam os seguintes aspectos:

(a) A aprendizagem começa com o nascimento. Isto implica cuidados básicos e educação inicial na infância, proporcionados seja através de estratégias que

envolvam as famílias e comunidades ou programas institucionais, como for mais apropriado. (...)

E o artigo 7 fundamenta o artigo 58 da Declaração de Salamanca e reitera o exposto acima:

As autoridades responsáveis pela educação aos níveis nacional, estadual e municipal têm a obrigação prioritária de proporcionar educação básica para todos. Não se pode, todavia, esperar que elas supram a totalidade dos requisitos humanos, financeiros e organizacionais necessários a esta tarefa. Novas e crescentes articulações e alianças serão necessárias em todos os níveis (...) É particularmente importante reconhecer o papel vital dos educadores e das famílias. (...) Quando nos referimos a um 'enfoque abrangente e a um compromisso renovado', incluímos as alianças como parte fundamental.

As famílias precisam se aproximar da escola não apenas comparecendo a reuniões de pais ou participando de Conselhos Escola-Comunidade através de representantes, mas é preciso que ela se inteire mais diretamente do processo educacional acadêmico de seus filhos, ajudando-os a aprender a aprender. Coisa que a escola há muito já não pode fazer sozinha, por estar sobrecarregada com outras, novas tarefas.

A escola, por sua vez, precisa abrir suas portas às famílias, de fato (e de direito). Não alimentando uma relação hierárquica e autoritária, fazendo papel de juiz ou cobrador, da família. Mas ampliando cada vez mais o espaço verdadeira da participação, dividindo seu conhecimento sobre a criança com a família, respeitando o desejo desta e auxiliando esta a se informar para crescer numa relação de maior igualdade.

Apenas com o estabelecimento de uma relação neste nível é que as propostas educacionais relativas à formação de cidadãos nos dias de hoje poderá acontecer. Pois se à própria família for negado acesso e participação no processo educacional de seus filhos, de que democracia falamos? Com que parceria poderemos sonhar?

Por fim, um último alerta: este compromisso com a reciprocidade entre a família e a escola não deve significar isenção de responsabilidades por parte das autoridades. O ensino deve continuar público e gratuito. Ao contrário, o compromisso das autoridades é duplo: assegurar o que já lhe cabe como responsabilidade, e fomentar, incentivar, apoiar moralmente o estabelecimento de relações horizontais entre família, comunidades e escola.

ESPAÇO – Informativo Técnico do INES, no. 11, jun/99, pp.40-43

Bibliografia:

Brasil/MEC/SEESP (1998) Necessidades Especiais na Sala de Aula. Atualidades Pedagógicas, vol 2.

Brasil/MJ/Secretaria Nacional dos Direitos Humanos/CORDE (1994) Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais.

Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990) World Conference on Education For All Jomtiem, Tailândia.